

Museus: de gabinetes de curiosidades a especializados sistemas de informação

Museums: from curiosity cabinets to specialized information systems

Larissa Fernandes Dutra¹, Frederico César Mafra Pereira²

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-Minas Gerais, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2686-6975>

² Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-Minas Gerais, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1971-8069>

Autor para correspondência/Mail to: Larissa Fernandes Dutra, larissadutraa@gmail.com

Recebido/Submitted: 03 de janeiro de 2022; Aceito/Approved: 14 de abril de 2022



Copyright © 2022 Dutra & Pereira. Todo o conteúdo da Revista (incluindo-se instruções, política editorial e modelos) está sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Ao serem publicados por esta Revista, os artigos são de livre uso em ambientes educacionais, de pesquisa e não comerciais, com atribuição de autoria obrigatória. Mais informações em <http://revistas.ufpr.br/atoz/about/submissions#copyrightNotice>.

Resumo

Introdução: Este artigo visa contribuir na ampliação do conhecimento social no que tange a trajetória evolutiva dos museus, desde às suas origens como acumuladores de singulares artefatos, até a sua transição para, também, especializados sistemas provedores e condutores de informação. Está organizado de forma a apresentar o nascimento destas instituições, o surgimento das teorias que suportam a concepção dos objetos musealizados como documentos informativos – ilustrando, com isso, as prerrogativas da documentação museológica – além de contextualizar novos usos e ciclos da informação nestes espaços, privilegiando o olhar da Ciência da Informação. **Método:** Para tanto, pautou-se no levantamento de estudos que dão subsídios à compreensão do contexto investigativo, tendo como laboratório principal o desenvolvimento de tese de doutoramento com mesma temática no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais. **Resultados:** Como resultado, propõe-se um modelo do fluxo informacional em museus, salientando aspectos que permitam visualizá-lo como um sistema. **Conclusão:** Vê-se, com o artigo, que relacionado a mudança de paradigma nos espaços museais, está a modificação das necessidades informacionais da comunidade global, provenientes, por exemplo, do advento da Sociedade da Informação e de movimentos sociais, como o da Nova Museologia. A pesquisa é justificada, por sua vez, por levantar discussões sobre o fluxo da informação no sistema de informação museal, corroborando o agrupamento de conhecimentos que agreguem ao escopo de campos científicos que lidem com o museu, com a informação e com a audiência destes espaços.

Palavras-chave: Museus; Unidades de Informação; Informação Cultural; Sistema de Informação Museal.

Abstract

Introduction: This article aims to contribute to the social knowledge expansion regarding the evolutionary trajectory of museums, from their origins as accumulators of unique artifacts to their transition to specialized providers and information drivers. It is organized to present the birth of these institutions, the emergence of theories that support the conception of musealized objects as informative documents – illustrating, thus, the prerogatives of museum documentation – besides contextualizing new uses and cycles of information in these spaces, privileging the perspective of Information Science. **Method:** To this end, we have been based on the survey of studies that give support to the understanding of the investigative context, having as the main laboratory the development of a doctoral thesis with the same theme in the Graduate Program in Management and Knowledge Organization of the Federal University of Minas Gerais. **Results:** As a result, a model of information flow in museums is proposed, highlighting aspects that allow us to visualize it as a system. **Conclusion:** It is seen, from the article, that related to the paradigm shift in the museal spaces is the modification of the informational needs of the global community, coming, for example, from the advent of the Information Society and social movements, such as the New Museology. The research is justified, in turn, by raising discussions about the flow of information in the museal information system, corroborating the grouping of knowledge that aggregates to the scope of scientific fields that deal with the museum, with information, and with the audience of these spaces.

Keywords: Museums; Information Units; Cultural Information; Museal Information System.

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa elucidar a trajetória das entidades museais, partindo desde as suas origens – relacionada ao acúmulo e à fruição de objetos de significância histórica – até a sua evolução para locais, também, de produção, processamento, geração e difusão de informação. Portanto, possui objetivos exploratórios, abordagem qualitativa e detém como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica (Prodanov & Freitas, 2013).

A investigação, nesse sentido, baseou-se no mapeamento de material já publicado sobre o tema, utilizando-se de publicações recuperadas através das palavras-chaves “sistema de informação museal”, “fluxo informacional em museus”, “documentação museológica” e “informes básicos de visitação em museus” empregadas nas bases *Scopus* e *SciELO* no ano de 2021 em vias de se compreender a evolução do quesito informacional nestes espaços.

Justifica-se, primeiramente, pois contribui com um novo apanhado teórico acerca do fenômeno informacional no universo investigativo dos museus. Em segundo lugar, justifica-se por divulgar resultados preliminares de uma pesquisa doutoral em andamento da escola de Ciência da Informação (CI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – o que caminha em consonância com os princípios de promoção de conhecimento científico promulgados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2020), fundação vinculada ao Ministério da Educação.

Em se tratando de estrutura dissertativa, este texto divide-se, primeiramente, na apresentação de sua metodologia – a fim de se explicitar os passos realizados para a estruturação do estudo. Em seguida, apresenta uma síntese relacionada aos achados da fase anterior, sendo: i) a exposição da origem dos espaços museais, relacionando-a ao fenômeno informacional; ii) o histórico da concepção do objeto museal como documento e fonte de informação – utilizando, para isso, estudos provenientes do escopo científico da CI; iii) o nascimento das informações básicas de visitação nestes ambientes – reforçadas principalmente após o avanço do número de visitantes em museus pelo mundo; e, enfim, iv) uma sumarização do ciclo informacional museal no atual contexto contemporâneo. Ao final dessas linhas, o produto gerado através da pesquisa é exposto, como um modelo agregador de todo o arcabouço teórico construído até esta ocasião.

METODOLOGIA

Este artigo possui natureza qualitativa, tendo como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. De acordo com [Prodanov e Freitas \(2013\)](#), este tipo de pesquisa baseia-se no uso de literatura já publicada, visando colocar o pesquisador em contato com materiais escritos sobre o assunto em que deseja investigar. Portanto, buscou-se mapear o ciclo da informação nos museus, levantando desde documentos que abarcassem as origens destas entidades – e sua relação com o fenômeno informacional – até acontecimentos que elevaram estes ambientes a serem encarados, também, como especializados sistemas provedores e condutores de informações ([Marques, 2010](#); [Gouveia Júnior e Galindo, 2012](#); [Dutra e de Sevilha Gosling, 2021](#)).

Nesse segmento, o estudo fora executado de março a agosto do ano de 2021, quando foram buscadas e recuperadas investigações que contemplassem as palavras-chaves “sistema de informação museal”, “fluxo informacional em museus”, “documentação museológica” e “informes básicos de visitação em museus” – sendo estes termos empregados nas bases *Scopus* e *SciELO*. Salienta-se que filtros de ano de publicação de pesquisa não foram usados, uma vez que a intenção de recuperação não se baseou em estudos mais recentes, mas sim naqueles que melhor convergiam com os objetivos deste trabalho. Neste momento, 198 documentos foram recuperados.

Para determinar os estudos mais adequados ao debate do ciclo informacional em museus, os resumos e as palavras-chaves de todos foram lidos e, então, foram selecionados àqueles que: i) corroborassem o entendimento do histórico e nascimento dessas instituições, contemplando sua relação com o quesito “informação”; ii) tratassem o fluxo informativo no museu como parte integrante de um sistema (como é o caso dos estudos de [Roque \(1990\)](#), [Ferrez \(1991\)](#), [Barbuy \(2008\)](#), [Marques \(2010\)](#), etc.); e iii) fossem redigidos e vislumbrados pela perspectiva da área científica da CI – dada a sua importância para o aprofundamento do entendimento do ciclo informacional nessas entidades (como é o caso das pesquisas de [Loureiro \(2004\)](#), [Yassuda \(2009\)](#), [Gouveia Junior \(2014\)](#), etc.).

A partir da análise dos documentos recuperados, foram realizados fichamentos de 67 investigações, para que, então, fosse iniciado o processo de redação do texto. Ressalta-se que somente parte dos artigos escolhidos foram utilizados para a construção das linhas seguintes, dado os limites espaciais de sua estruturação. Entende-se que os parâmetros utilizados são adequados ao contexto em questão, uma vez que este estudo é resultado de um projeto de tese já aprovado em banca de qualificação em outubro de 2021. Com isso, adiante encontram-se os principais achados da pesquisa.

ABORDAGENS SOBRE A ORIGEM DOS MUSEUS E SUA RELAÇÃO COM O FENÔMENO INFORMACIONAL

A origem dos museus, de acordo com [Martins, Navas, Contier, e Souza \(2013\)](#), está intimamente relacionada com o advento da escrita humana, com o desenvolvimento de atividades de registro documental e, também, com o desejo comum dos indivíduos em colecionar objetos de significância histórica. De acordo com [Marques \(2010\)](#), desse modo, a manutenção de objetos e registros documentais variados teve o seu início num passado distante, quando se tornou essencial para o progresso das comunidades, a guarda de informações e memórias, que deveriam deter longevidade para além da breve vida de uma única geração em particular.

A palavra “museu”, assim, deriva-se do grego “mouseion”, que na sua origem significa “templo dedicado às musas”. Essas, filhas do deus Zeus com Mnemósine – divindade da memória – possuíam a função de salvaguardar as ciências e os tesouros da cultura ([Desvallées & Mairesse, 2013](#)). Em relatos encontrados nos escritos de [Martins et al. \(2013\)](#), identifica-se, a título de exemplo, o Mouseion de Alexandria como uma das primeiras propostas de museus da história, sendo este destinado a custódia da maior coleção de conhecimento materializado da humanidade até então.

A partir do século XVI, em continuidade, tornou-se comum entre a elite europeia a exposição de esculturas, pinturas e outros objetos nas salas de seus palácios, surgindo, ali, os Gabinetes de Curiosidades. Esses gabinetes se especializaram com os anos, sendo o século XVII marcado por mudanças na forma de expor seus acervos, que começaram a ser organizados segundo princípios científicos que surgiam – resultado do avanço de áreas do conhecimento como a Medicina, a História, a Engenharia etc. Gradativamente, assim, esses locais foram

ultrapassando o papel exclusivo de satisfazer as curiosidades de seus proprietários voltando-se, um pouco mais, para o uso científico e ciência utilitária (Julião, 2006).

Anos à frente, já no século XVIII com a Revolução Francesa, nasce o primeiro museu público do mundo, o Louvre (Pomian, 1984). A partir desse momento, é possível observar alguns fenômenos que salientaram transformações no universo museal. Um deles, reflete o nascimento de uma ambição pedagógica destas instituições, que começam a objetivar a instrução do visitante através dos testemunhos seculares conservados em seus artefatos (Marques, 2010). Este exercício do museu, assim, acaba tornando-se produto do compartilhamento de informações advindas de seus bens culturais com o público, fator que incentivaria a disseminação e construção de novos conhecimentos na sociedade.

Com isso, em meados do século XIX, diferentes formas de expor objetos começaram a aparecer (Martins et al., 2013). É o caso da exposição de conteúdos através de cenários e aparatos que podiam ser tocados, do acréscimo de breves fichas descritivas incorporadas às peças, da seleção dos objetos que deveriam compor cada exposição, individualmente, do aumento do espaço entre esses para permitir sua observação, separadamente, e da introdução de textos com informações sobre o acervo (Fernandez, 1993).

Nessa perspectiva, portanto, vê-se que os museus atravessaram por transformações funcionais que caminharam desde ao exclusivo papel de proteção de objetos, até a abertura ao público, destinando-se, com isso, a propagação de informações provenientes de sua coleção ao seu visitante. Loureiro (2004), desta forma, defende que no atual contexto contemporâneo é possível sustentar a definição da palavra “museu”, basicamente, sobre um tripé constituído pelos elementos: objeto, espaço e informação, que se inter-relacionam e interagem entre si, definindo essa instituição como:

(...) ambiente construído com a intenção de produzir, processar e transferir informações, que reúna (física ou virtualmente), conserve, documente, registre, pesquise e comunique evidências (materiais ou imateriais) das pessoas e/ou de seu meio ambiente, por meio de originais ou reproduções de qualquer natureza, mantendo interface com a sociedade de modo a propiciar visibilidade/acesso às suas coleções e informações (Loureiro, 2004, p. 104).

Neste âmbito, portanto, percebe-se que alguns estudos do campo do conhecimento da CI impulsionaram a criação de teorias suportadoras da concepção do objeto musealizado como documento e fonte de informação, constituindo-se essa uma parte importante para o entendimento da evolução do quesito informacional no ambiente do museu (Dutra & de Sevilha Gosling, 2021). É no exame deste contexto, assim, que a seção seguinte se destinará.

OBJETO MUSEAL COMO DOCUMENTO E FONTE DE INFORMAÇÃO

Em síntese, a ideologia contemporânea de que objetos museais são capazes de traduzirem-se em importantes fontes de informação para o público de museus, é suportada na CI, especialmente, pelas escritas de Michael Buckland (1991) – sucessor dos documentalistas Paul OTLET (1937) e Suzanne Briet (1951) – e autor do artigo “*Information as thing*”.

De acordo com o pesquisador, em uma concepção mais tradicionalista, a informação por si só, possui duas vertentes básicas. A primeira, seria a “informação como processo” e, a segunda, a “informação como conhecimento”. Na informação como processo, informação se resume ao ato de informar, comunicar o conhecimento ou novidade de algum fato ou ocorrência. Na informação como conhecimento, informação é utilizada para denotar aquilo que é percebido na informação como processo, ou seja, o conhecimento adquirido referente a algum fato particular. Neste contexto em específico, percebe-se que uma das principais características da informação se baseia em sua intangibilidade (Marques, 2010).

Buckland (1991), todavia, sugere que este pensamento seria um limitador do sentido e uso da palavra informação, uma vez que, em alguns casos, esta não se configura de maneira assim tão óbvia. Neste âmbito, o autor afirma ser pertinente questionar, por exemplo, o quanto saberíamos sobre dinossauros se nenhum fóssil tivesse sido encontrado – se remetendo ao fóssil como um objeto informativo. A resposta é, certamente, que pouco conhecimento se daria neste contexto, o que denota, que os fósseis, mesmo na condição de objetos, podem se revelar como ricas fontes de conhecimento. Por este motivo, Buckland (1991) defende a concepção de uma terceira vertente da palavra informação na CI: a “informação como coisa”.

No contexto da informação como coisa, o termo informação é também atribuído para objetos que detenham a qualidade de documento, ou seja, que são considerados informativos porque comunicam conhecimento. Isso diz que nem todo objeto configura-se documento, pois este é um atributo somente daqueles processados com finalidades de fornecer informação.

Desse modo, percebe-se que o legado dos documentalistas em utilizar a palavra “documento” como um termo genérico, evidencia a existência de variadas fontes de informação que vão além do processo de conversação ou escrita. OTLET (1937), nessa perspectiva afirma que: 1) a ideia de informação armazenável e recuperável

deveria ser relacionada a qualquer objeto potencialmente informativo; 2) nem todos os objetos potencialmente informativos seriam documentos no tradicional senso de texto impresso; e 3) todos os outros objetos informativos – como os objetos de museus – não deveriam ser excluídos do universo informacional.

Com isso, vê-se, que a partir de teorias provenientes, principalmente, do século XX, inicia-se uma visualização dos objetos museológicos sob a ótica de documento, capaz de oferecer informações. Inclusive, por serem reconhecidos por essa lógica é que estes artefatos passaram a estar submetidos, nas instituições museais, por um processo denominado “documentação museológica”, que, de acordo com Ferrez (1991) traduz-se:

[...] no conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão do conhecimento (Ferrez, 1991, p. 1).

O objetivo da documentação em museus, desse modo, baseia-se no resgate de uma série de informações dos objetos museais, para entender por que são tão especiais a ponto de merecerem ser preservados. A documentação, assim, concentra-se em dois vieses principais de acordo com Yassuda (2009), que são: a) a identificação do acervo para fins culturais, acadêmicos e históricos, incluindo a produção de conhecimento sobre e a partir dos itens de sua coleção; e b) a quantificação do acervo sob tutela das instituições museais para fins administrativos e jurídicos. Em outras palavras, as principais atividades da documentação estão relacionadas tanto aos procedimentos de registro, organização e manutenção da informação que diz respeito aos objetos – suas características físicas, históricas e sociais (sugerindo uma ou várias interpretações do mesmo) – quanto a seus dados administrativos.

Nessa perspectiva, é plausível, de acordo com Barbuy (2008), remeter o sistema de documentação museal a uma lógica de movimentos centrífugos e centrípetos da informação. Significando que o museu tem a força de concentrar em si toda a gama de conhecimentos produzidos sobre o acervo e, ao representá-los e sistematizá-los, passa a disseminar a informação, colocando-a à disposição de interessados. Assim, com a mesma força com que concentrou saberes, é capaz de devolvê-los à comunidade, fazendo com que sejam multiplicados os efeitos da informação.

O museu, enquanto unidade de informação, nesse sentido, “devolve” o conhecimento à sociedade a partir de um conjunto de produtos documentários, que possibilitam a comunicação dos dados oriundos de suas coleções para com o seu visitante. Exemplos disso são os livros de tombo, inventários, fichas classificatórias, legendas, etiquetas, audioguias e muitos outros. Isso significa que a documentação em museus detém uma importância fundamental no resgate e transferência de informações sociais (por meio de diversificados aparatos), tornando possível a preservação de memórias humanas.

Historicamente falando, segundo Barbuy (2008), vê-se que nem sempre a essência da prática documental nos espaços museais foi essa. De acordo com a autora, durante muito tempo, as práticas ligadas a dinâmica da informação em museus estiveram associadas, quase que exclusivamente, ao processo documental no sentido administrativo do termo, objetivando apenas a gestão das coleções. Yassuda (2009) revela, nesse segmento, que somente com a criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM) em 1946 fora possível observar o desencadeamento de propósitos mais consolidados ao exercício da documentação nessas instituições. Isso porque, mediante ao desafio de reconstrução do patrimônio mundial no período pós Segunda Guerra, o conselho trouxe à tona uma visão social do papel destas entidades para com a sociedade. Através de seus postulados, assim, passou a atuar de forma a aproximar os museus da população, preocupando-se, cada vez mais, com a aprendizagem humana a partir das coleções museológicas.

Por este motivo, logo começaram a ser desenvolvidos estudos orientados a gestão do conhecimento no ambiente do museu. Consequência deste cenário, fora o desencadeamento de novas correntes de pensamento que tratavam a organização de informações nos museus, com foco principal na disseminação de conteúdo ao visitante. Após a década de 1960, inclusive, essas instituições começaram, também, a relacionar a documentação museal à prestação de serviços, com base nos comportamentos de busca dos usuários a quem a sua informação se destina, no intuito de fomentar o seu engajamento e satisfação (Barbuy, 2008).

Ao encarar as instituições museais como prestadoras de serviços informacionais, assim, Barbuy (2008) salienta, que não somente pela documentação museal perpassa as instâncias informacionais que compõem estes espaços. Se comportando como um organismo vivo produtor e transmissor de conteúdos, os museus são responsáveis por um ciclo informacional, que atinge também, esferas relacionadas a sua infraestrutura, pressupondo-se que as sinalizações internas; mapas de localização; folders explicativos e outros conteúdos que visam orientar o acesso do público a estes locais se configuram, igualmente, como variantes da informação nestes locais.

Com isso, após fundamentar o entendimento de uma primeira vertente da informação em museus – orientada pela perspectiva da documentação museal – o próximo tópico se dedicará ao aprofundamento teórico dos demais usos e ciclos da informação nestes espaços, reforçando, com isso, as diferentes nuances da informação no espetáculo museológico.

INFORMES BÁSICOS DE VISITAÇÃO: A INFORMAÇÃO PARA ALÉM DA DOCUMENTAÇÃO

Segundo o Formulário de Visitação Anual (Instituto Brasileiro de Museus, 2017) em 2017, os museus brasileiros receberam cerca de 32 milhões de visitantes; em 2016, 28 milhões e um ano antes, em 2015, 25 milhões – o que denota uma curva de crescimento ascendente nos períodos analisados. Faria e Monte-Mór (2016), por sua vez, apontam um reforçamento da significância global destas instituições, uma vez que principalmente após a década de 1980, houve um disparo no número de inaugurações de museus no mundo.

Como resultado do crescimento da atividade de visitação em museus, percebe-se, o início de uma ampliação na variabilidade do público destes espaços. Segundo Godoy e Sanches (2014), para além do visitante usual dessas instituições observa-se, gradativamente, a presença de diferentes tipos de audiências em suas instalações. Por esse ângulo, é perceptível que a imbricação entre museus e visitação passou a exigir - para além do processo da documentação – a realização de um trabalho concreto de produção de informações estratégicas para atendimento ao visitante (Dutra & de Sevilha Gosling, 2021). Ou seja, o museu, além de ser responsável por desenvolver uma gama de elementos que torne inteligível para o usuário a mensagem transmitida pelo seu acervo, precisa, igualmente, concentrar esforços para que a passagem deste espectador pelas dependências da instituição, seja quão mais fluída e satisfatória possível (Roque, 1990; Marques, 2010; Ojeda, 2016; Soares, 2017).

Nesse quesito, Godoy e Sanches (2014) ajudam a especificar algumas informações estratégicas para atendimento ao visitante de museus, essenciais para que estes não se sintam desamparados enquanto presentes nestes locais. Para os autores, por exemplo, é preciso que esteja claro: a) o modo como se pode adquirir os ingressos em bilheteria ou se a sua entrada é gratuita; b) se há banheiros e fraldários em pontos do trajeto das exposições ou em lugares específicos; c) se possuem acesso para portadores de necessidades especiais e quais são as necessidades atendidas; d) se há lugares reservados com cafeterias, lanchonetes e/ou restaurantes; e) a média do tempo de circulação, que varie de um circuito mais dirigido a um mais completo; f) se é permitido fotografar o acervo, com ou sem *flash*, e outras regras a serem observadas; g) se há locais de conveniência e espaço para crianças; h) se há terminais com *internet* disponíveis ao público e demais serviços tecnológicos – como audioguias, textos extras em *QRCode*, aplicativos interativos disponibilizados para *download* em celulares, inteligência artificial, etc.; i) se existe a possibilidade de realizar visitas guiadas; j) se estão disponibilizados catálogos gerais e folhetos que incluam informações sobre o acervo; k) se ocorrerão exposições temporárias e se estão dispostos calendários de eventos com informações sobre as próximas conferências, colóquios, cursos e oficinas, etc.

Além da síntese dos autores, é também de grande relevância que os museus disponibilizem mapas de localização para que o visitante consiga: acessar as exposições que deseja, prioritariamente; se oriente sobre meios de transporte internos e externos e possibilidade de estacionamento no local; descubra as principais obras e coleções sob tutela daquele espaço museal, etc. (Dutra & de Sevilha Gosling, 2021). Adicionalmente, outro importante recurso informativo dos museus se revela por meio de sua sinalização, que contribui indicando o início e fim das exposições e demais serviços ofertados pelo museu.

Para Bearman (2012), assim, é relevante ressaltar que este conjunto de serviços de informação, possuem um significado muito maior do que a simples transmissão de informes ligados às necessidades logísticas de visitação para orientação do público nas dependências do museu. Segundo o autor, este arranjo informacional permite que se evitem surpresas desagradáveis ao visitante, minimizando a possibilidade de conflitos ao longo da sua permanência na instituição e, ainda mais importante, auxilia na criação de uma maior conexão por parte do indivíduo com as informações relacionadas ao acervo propriamente dito, o que é, de fato, o objetivo principal da visitação a estes espaços.

Godoy e Sanches (2014), na tentativa de aprofundar o entendimento da importância dos informes de visitação em museus, realizam uma bateria de entrevistas com visitantes de instituições museais na cidade do Rio de Janeiro (Brasil), procurando compreender os níveis de satisfação do público em se tratando da informação disponibilizada nestes espaços. A pesquisa revelou, que uma parcela significativa da amostra investigada evidenciou que, normalmente, não consegue obter informações suficientes para a visita a museus, fator atribuído à carência de ambientes de circulação de informações – seja pelo *site* ou pelo próprio espaço físico destas instituições – que não disponibilizam material informativo adequado.

Roque (1990) salienta, complementarmente, que um dos prováveis motivos de muitos museus corresponderem às expectativas de seus visitantes em relação à informação infra estrutural da instituição abaixo do esperado, é fruto dos próprios administradores destas instituições, que tendem a privilegiar o objeto museal como exclusivo produtor de informação no museu. Consequência disso (associado a perturbações como a carência de mão de obras, escassez de recursos financeiros, etc.) é que, essas instituições acabam designando a segundo plano a gestão da informação infra estrutural em seus espaços.

A literatura estudada mostra, desse modo, que o desafio parece estar atrelado à divisão do pódio de protagonista da informação em museus pela documentação museológica, abrindo espaço para as informações sobre os serviços infra estruturais da instituição. Isso significa que essa frente de informação precisa, essencialmente, ser melhor observada pela administração museal, uma vez que, investigações apontam forte relação entre a intenção

de recomendar museus àqueles visitantes que, usualmente, percebem maior adequação dos seus serviços de informação (Roque, 1990; Bearman, 2012; Soares, 2017; Godoy e Sanches, 2014).

Com isso, se pode compreender, que a informação nos espaços museais é intrínseca a sua conjuntura atual, já que percorre desde conjuntos informativos mais simples, ligados à sua estrutura, até arcações mais complexos que envolvem análise de curadoria e de cientistas internos e externos a entidade. Por esta elucidação, o próximo tópico tratará, com maior detalhamento, a visão sistêmica das instituições museais, que, com o tempo, foram capazes de se especializar na geração, consumo e disseminação de informações culturais.

O CICLO DA INFORMAÇÃO EM MUSEUS: UMA PERSPECTIVA SISTÊMICA

De acordo com Gouveia Júnior e Galindo (2012), a transladação das instituições museológicas mundiais de locais destinados a posse e salvaguarda de coleções diversas para sistemas, também, provedores e condutores de informação especializada, perpassa, essencialmente, pelo contexto de dois grandes fenômenos advindos do século XX. O primeiro deles denomina-se Nova Museologia, e o segundo, Sociedade da Informação.

Historicamente falando, o fenômeno da Nova Museologia tem suas origens na França, no ano de 1968, quando um grupo de estudantes se reúne com o propósito exclusivo de contestar as instituições museais, vistas naquele período, como entidades que não conseguiram superar inclinações essencialmente burguesas. Naquela ocasião, assim, fora instaurada uma onda de discussão sobre a natureza destes ambientes, o caráter e significado das suas coleções, sua identidade institucional, sua missão universal e seu lugar na sociedade (Gouveia Junior, 2014).

Com o advento da Nova Museologia, assim, as instituições museológicas passaram a estar sob escrutínio de alguns grupos sociais, que desencadearam uma movimentação defensora da inclusão de novas e diversificadas “vozes” no ambiente do museu, reforçando o papel destas instituições como instrumento de transformação social. O fenômeno, assim, baseou-se na inclusão de dois pilares principais, de acordo com Fernandez (1993), que são: a) O projeto da democratização cultural: que abrange a concepção de que o museu é um instrumento a serviço da sociedade, detendo como missão principal a transmissão de conhecimentos provenientes de suas coleções; b) A eleição do museu como campo de reflexão teórica e epistemológica: que envolve a metamorfose da primazia das necessidades de informação do visitante sobre a isolada preservação de um objeto cultural.

Isso significa que a ênfase proposta para estas instituições, a partir de então, desloca-se da apresentação de objetos isolados, para a construção de representações que, em primeiro lugar, elucidassem os contextos socioculturais nos quais estes apetrechos estivessem inseridos, e em segundo plano, compartilhassem essas informações com o maior e mais diferenciado público possível. Caminhando nesta direção, segundo as premissas da Nova Museologia, os museus tenderiam a se tornar ambientes mais democráticos e socializáveis (Gouveia Junior, 2014).

Ainda neste seguimento e a muitas milhas de distância, na América, os primeiros sinais de esgotamento do modelo tradicional existente nas instituições museais começam, igualmente, a serem percebidos durante o século XX. Neste momento, estas entidades lidavam com uma queda de audiência, aliada, sobretudo na América Latina, a profundas crises políticas e socioculturais. Este cenário, de acordo com Gouveia Junior (2014) seria fruto da ideia de que tais espaços não elucidavam à sociedade a sua importância, uma vez que se prestavam a acumulação de bens que não eram capazes de agregar, de fato, valor a todos.

No caso brasileiro, por exemplo, as atenções no campo dos museus se voltavam oficialmente a partir do Decreto-Lei nº 25, de 1937, através do qual o patrimônio nacional era definido como um conjunto de bens existentes no país e cuja conservação fosse de interesse público - sem salientar a sua importância enquanto transmissores de memórias dos povos. Naquele período, assim, quando os objetos eram elevados à condição de bem patrimonial tornavam-se artigos de mera contemplação, o que levou a um distanciamento do público, que, também na América, iniciou um processo de reverberação dos conceitos da Nova Museologia passando a contestar os valores e significados do museu como entidade social (Gouveia Junior, 2014).

Em virtude de tais contestações, o *International Council of Museums* (ICOM) realizou em 1972 uma conferência em Santiago, no Chile, onde deliberou acerca do papel que caberia aos museus no tocante à educação das comunidades. Ficou decidido que àqueles competiria a missão de tornar as coleções acessíveis ao máximo, considerando desde as demandas informacionais dos pesquisadores mais qualificados, até da população em geral. Doze anos passados, o conselho, reunido no Canadá através da Declaração de Quebec, ratificaria essas deliberações (ICOM, 1984).

Nesse sentido, considerando-se os aspectos elencados, a Nova Museologia revelou-se como um movimento de larga abrangência, cujos posicionamentos e linhas orientadoras permitiram renovações nos propósitos dos museus do século XX, encorajando sua perpetuação para o século XXI. Isso diz que, em síntese, o museu, desde os anos 1960 passa a preocupar-se mais efetivamente com a comunidade em que está inserido, sendo esta uma das suas novas responsabilidades, segundo o ICOM (2006). Este compromisso dos museus, assim, faz com que estas instituições estejam expostas a constantes transformações, uma vez que se sensibilizam, a partir de então, pelas necessidades da sociedade vigente.

Segundo [Fernandez \(1993\)](#), nesse sentido, a evolução do pensamento museológico implica numa reflexão sobre a melhor forma do museu servir a aldeia global, adaptando-se às suas carências. Exemplo disso é que em meados do século XX, museus de todo o mundo começaram a direcionar ações de melhoria em se tratando dos serviços de informação prestados ao seu público. Este fato caminha em consonância com as mudanças sociais ocorridas neste mesmo período, uma vez que, devido ao expansivo progresso das tecnologias da informação e da comunicação, o uso, criação, manipulação e transmissão da informação na sociedade se tornou indispensável para o seu desenvolvimento.

[Yassuda \(2009\)](#) salienta, com isso, que, paralelamente ao advento da Nova Museologia, a sociedade, através de avanços tecnológicos das áreas de telecomunicações na década de 1970, passou a viver em um mundo diferente, constituído por comunidades mais imediatistas e comunicativas, que demandam constante troca de informações. Essa nova sociedade, denominada “Sociedade da Informação”, define-se a partir de um fenômeno global, que mobiliza os variados meios de comunicação a interagirem com os indivíduos, em um processo de difusão informacional ininterrupta.

Isso significa que, ao serem reforçados os paradigmas da importância do volume, valor e velocidade da informação produzida e transmitida pelas organizações mundiais, os museus – para se manterem vivos a serviço da sociedade – passaram também, a se preocupar a respeito das novas exigências e demandas manifestadas pelos indivíduos integrantes do corpo social mundial ([Marques, 2010](#)). Isso significa que os espaços museais, começaram a destinar, progressivamente, seu olhar em direção a gestão e organização do seu próprio conhecimento, na tentativa de maximizar conexões com o seu público-visitante e, conseqüentemente, atender aos desafios de uma comunidade, cada vez mais, estimulada pelo constante armazenamento de informações (caminhando, também, em consonância aos preceitos da Nova Museologia).

Desse modo, ao perceber, sucessivamente, a importância do fenômeno informação no interior das instituições museais, alguns autores ([Loureiro, 2004](#); [Gouveia Júnior e Galindo, 2012](#); [Marques, 2010](#), etc.) passaram a difundir a ideia de que essas entidades poderiam ser encaradas a partir dos princípios de um sistema. De acordo com [Marques \(2010\)](#):

As instituições que têm a informação como um dos recursos fundamentais, como é o caso dos museus, podem ser entendidas sob a perspectiva de um sistema. Se pensarmos em termos de gestão de informação das coleções, de exposição ou de educação, veremos que o museu possui características funcionais que o aproximam ao de um sistema de informação ([Marques, 2010](#), p. 92).

Conceitualmente, segundo [Marques \(2010\)](#), um “sistema” constitui-se em um conjunto de elementos inter-relacionados que podem ser compreendidos como sendo uma única entidade que tem um objetivo comum. Sobre os sistemas de informação, especificamente, a autora salienta que este pode ser definido como um conjunto de componentes trabalhando juntos para coletar, armazenar e distribuir informações com a finalidade de facilitar o planejamento, controle, análise e o processo decisório em organizações.

Sobre o sistema de informação em museus, [Gouveia Júnior e Galindo \(2012\)](#) evidenciam que estes enquanto instituições de memória, organizam a informação cultural na medida em que representam a história das comunidades, criando pontes de comunicação entre o passado e o presente. Isso significa que, a informação que abastece um museu como sistema integrado decorre das ações que gravitam pelos diferentes serviços ofertados pela instituição – ou seja, seus subsistemas – que são: serviço de gestão de coleções, documentação, atendimento de funcionários, arquivo, serviço educativo, administração, infraestrutura, etc., que se revelam como um arranjo organizacional que se inter-relacionam e influenciam mutuamente.

Perceber um museu como um sistema de informações, nesse sentido, implica encarar a entidade como responsável por disponibilizar meios de transmissão da informação que produz, gerindo subsistemas capazes de possibilitar a comunicação dos dados oriundos dos objetos de suas coleções e de seus serviços em geral ([Loureiro, 2004](#)). Uma visão integradora da informação museal, desse modo, implica um maior enfoque nas potencialidades informativas da instituição, contribuindo para que a informação (administrativa, científica, técnica, etc.) seja devidamente contextualizada, registrada, inter-relacionada, recuperada, reproduzida e acedida ([Dutra & de Sevilha Gosling, 2021](#)).

A Imagem 1, assim, sintetiza o fluxo sistêmico da informação nos museus, considerando aspectos relacionados ao seu acervo: entrada do objeto no museu; documentação e seus produtos; disseminação do conhecimento e recuperação pelo público; além de adicionar, igualmente, a informação no que concerne à sua infraestrutura: englobando o atendimento de funcionários, mapa de localização, catálogos de eventos, sinalização interna, site institucional e aplicativos, dentre outros. Ao unir todas as engrenagens que dão vida ao fluxo informacional no museu, assim, obtém-se, como resultado, o seu vivo e dinâmico sistema de informações, ratificando uma nova face dos museus na sociedade.

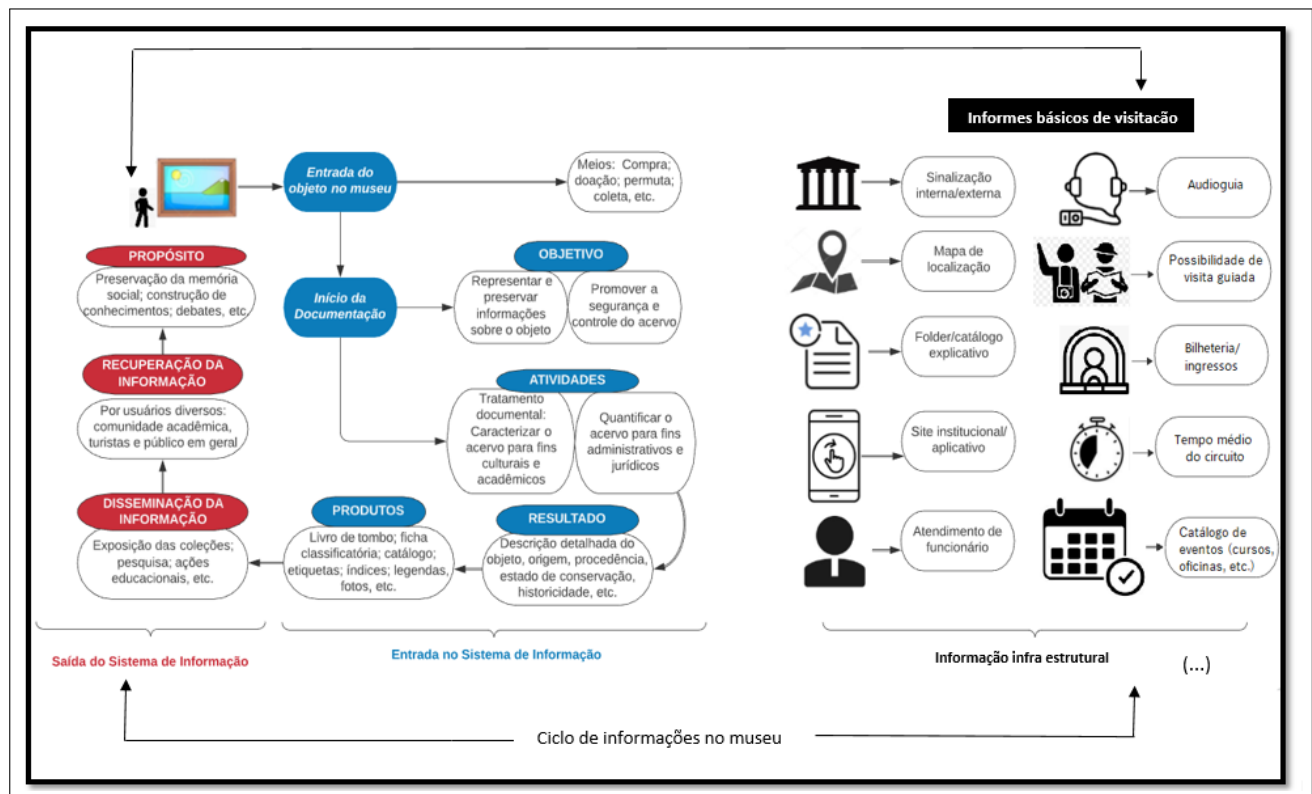


Figura 1. Síntese do sistema de informações museal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste artigo objetivou a reunião de conhecimento teórico sobre o universo investigativo “museu”, visando uma síntese da sua evolução histórica. A discussão produzida aqui, assim, permitiu concluir que a concepção das instituições museais, relaciona-se intimamente com a manutenção de objetos e registros documentais essenciais para o progresso das comunidades. Esses ambientes, nesse sentido, nasceram com o intuito de protegerem memórias e testemunhos enraizados em seus artefatos, e, com o passar de muitos anos e o desenvolvimento de seus serviços de informação, começaram a concentrar-se na transmissão de conhecimento às gerações, sendo este, um dos seus princípios motores na atualidade.

Vê-se, nesse sentido, que os serviços de informação museal ligam-se, principalmente, a dois vieses principais, sendo: a) àqueles ligados as práticas documentais e seus produtos – como os livros de tombo, inventários, fichas classificatórias, legendas, etiquetas, etc.; e b) aos informes básicos para a visitação a estes espaços – como os mapas, folders informativos, sinalização interna, calendário, etc. – que combinados, resultam no sistema de informação museal.

Essa mudança de perspectiva dos propósitos dos museus, liga-se, desse modo, ao advento da Sociedade da Informação, a movimentos como o da Nova Museologia e a criação de órgãos mundiais como o *International Council of Museums*. Significando que os museus, por serem parte integrante da sociedade passam a estar envolvidos com as suas mudanças, uma vez que se encontram a seu serviço. Assim, por estarem submetidos à uma comunidade global, que se encontra, cada vez mais, ávida pelo volume e velocidade da informação produzida e disseminada no mundo, estão sendo levados a se preocuparem, continuamente, com a produção e transferência da sua informação ao usuário final.

O artigo, nesse sentido, contribui ao reunir diferentes literaturas que compõem e elucidam o contexto investigado. Dá margens a continuidade de pesquisas que lidem, por exemplo, com aspectos ligados a gestão da informação museal; com a avaliação das necessidades de informação que o usuário destes espaços possa ter – levantando discussões sobre a qualidade da informação ofertada pelos museus e a satisfação do visitante desse sistema de informações – e a outras abordagens que poderão vir a contribuir com o avanço do contexto integrador das áreas de estudo da Museologia e CI. Ademais, a pesquisa traz um produto final (Figura 1), que sintetiza e descreve ilustrativamente todo o conteúdo levantando neste artigo.

REFERÊNCIAS

- Barbuy, H. (2008). Documentação museológica e a pesquisa em museus. In *Documentação em museus* (v. 10). Rio de Janeiro: MAST Colloquia. Recuperado de http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/933/1/mast_colloquia_10.pdf
- Bearman, D. (2012). Informação em museus em um contexto social. In *Anais do seminário serviços de informação em museus: o trabalho da informação em instituições culturais: em busca de conceitos, métodos e políticas de preservação* (v. 2, p. 39–54). São Paulo. Recuperado de <http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/09854.pdf>
- Briet, S. (1951). *What is documentation?* Recuperado de <http://ella.slis.indiana.edu/~roday/whatisdocumentation.pdf>
- Buckland, M. K. (1991). Information as thing. *Journal of the American Society for information science*, 42(5), 351–360. Recuperado de <https://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Buckland1991.pdf>
- CAPEs. (2020). *História e missão da capes*. Recuperado de <https://www.gov.br/capes/pt-br>
- Desvallées, A., & Mairesse, F. (2013). *Conceitos-chave de museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus São Paulo. Recuperado de http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf
- Dutra, L. F., & de Sevilha Gosling, M. (2021). Analisando sentimentos no tripadvisor: a voz do consumidor como parâmetro decisório na medição da qualidade da informação em museus. *Informação & Sociedade: Estudos*, 31(1). doi: 10.22478/ufpb.1809-4783.2021v31n1.54087
- Faria, D. M. C. P., & Monte-Mór, R. L. M. (2016). El cambio cultural y los museos: reflexiones a partir del instituto inhotim de arte contemporâneo. *Instituto Universitario de Investigaciones Turísticas*, 11, 143–164. doi: 10.14198/IN-TURI2016.11.07
- Fernandez, L. A. (1993). *Museología: introducción a la teoría y práctica del museo*. Madrid: Istmo. Recuperado de <https://www.gov.br/capes/pt-br>
- Ferrez, H. D. (1991). Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In *Anais do fórum nordestino de museu*. IBPC/Fundação Joaquim Nabuco. Recuperado de <http://www.crnti.edu.uy/02cursos/ferrez.doc>
- Godoy, K. E., & Sanches, F. (2014). Turistas on-line: produção, distribuição e qualidade das informações para o turismo em museus. In *Anais do seminário serviços de informação em museus: o trabalho da informação em instituições culturais: em busca de conceitos, métodos e políticas de preservação* (v. 2, p. 209–219). São Paulo. Recuperado de <http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/322814.pdf>
- Gouveia Junior, M. (2014). *O novo museu e a sociedade da informação* (v. 19) (n. 4). Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/507649769/a06v19n4>
- Gouveia Júnior, M., & Galindo, M. (2012). Sistemas memoriais como disseminadores de informação. *Transinformação*, 24(3), 207–217. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/tinf/a/VtwBvThcNxNsQGXTJ6JLWLw/?format=pdf&lang=pt>
- ICOM. (1984). *Declaração de quebec: princípios de base de uma nova museologia*. Recuperado de https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf
- ICOM. (2006). *Missions and objectives*. Recuperado de <https://icom.museum/en/about-us/missions-and-objectives/>
- Instituto Brasileiro de Museus. (2017). *Formulário de visitação anual: resultados do fva 2017*. Recuperado de <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/RESULTADOS-FVA-20171.pdf>
- Julião, L. (2006). Apontamentos sobre a história do museu. In *Caderno de diretrizes museológicas* (p. 19–32). Brasília: Ministério da Cultura - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Superintendência de Museus. Recuperado de https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2015/04/Caderno_Diretrizes_I-Completo-1.pdf
- Loureiro, M. L. d. N. M. (2004). Webmuseus de arte: aparatos informacionais no ciberespaço. *Ciência da Informação*, 33(2), 97–105. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ci/a/M7pNfLbkJZFYSJYZHGkw6bj/?format=pdf&lang=pt>
- Marques, I. C. (2010). *O museu como sistema de informação* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal). Recuperado de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55282/2/TESEMESISABELMARQUES000124492.pdf>
- Martins, L. C., Navas, A. M., Contier, D., & Souza, M. P. C. (2013). *Que público é esse? formação de públicos de museus e centros culturais* (1a. ed.). São Paulo: Percebe. Recuperado de https://www.percebeeduca.com.br/files/uploads/downloads/download_4.pdf
- Ojeda, J. M. Y. (2016). *O objeto não fala por si só: o papel da mediação documentária nos acervos musealizados* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil). Recuperado de https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AE3J8Q/1/janine_final_11_julho_2016.pdf
- OTLET, P. (1937). *Documentos e documentação: introdução aos trabalhos do congresso mundial da documentação universal*. Recuperado de <http://www.conexaorio.com/bit/>
- Pomian, K. (1984). Coleção. In *Enciclopédia einaudi* (p. 51–86). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2897806/mod_resource/content/1/Pomian%20%281984b%29.pdf
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2a. ed.). Rio Grande do Sul: Universidade Feevale. Recuperado de <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>
- Roque, M. I. R. (1990). *A comunicação no museu* (Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada de Lisboa, Portugal). Recuperado de https://www.academia.edu/4057469/A_comunica%C3%A7%C3%A3o_no_museu
- Soares, E. (2017). Documentação e informação no contexto museológico. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 6(11), 258–262. doi: <https://doi.org/10.26512/museologia.v6i11.17701>
- Yassuda, S. N. (2009). *Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no museu paulista* (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, Brasil). Recuperado de https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/yassuda_sn_me_mar.pdf

Como citar este artigo (APA):

Dutra, L. F., & Pereira, F. C. M. (2022). Museus: de gabinetes de curiosidades a especializados sistemas de informação. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*, 11, 1 – 11. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v11.84213>

NOTAS DA OBRA E CONFORMIDADE COM A CIÊNCIA ABERTA

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Papéis e contribuições	Larissa Fernandes Dutra	Frederico César Mafra Pereira
Concepção do manuscrito	X	X
Escrita do manuscrito	X	X
Metodologia	X	X
Curadoria dos dados	X	X
Discussão dos resultados	X	X
Análise dos dados	X	X

Disponibilidade de Dados Científicos da Pesquisa

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

EQUIPE EDITORIAL

Editora/Editor Chefe

Paula Carina de Araújo (<https://orcid.org/0000-0003-4608-752X>)

Editora/Editor Associada/Associado

Helza Ricarte Lanz (<https://orcid.org/0000-0002-6739-2868>)

Editora/Editor de Texto Responsável

Suzana Zulpo Pereira (<https://orcid.org/0000-0003-2440-9938>)

Seção de Apoio às Publicações Científicas Periódicas - Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná - UFPR

Editora/Editor de Layout

Felipe Lopes Roberto (<https://orcid.org/0000-0001-5640-1573>)